



EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA NA CASA DE IRMÃ GERMANA: PRÁTICAS FORMATIVAS EM UBERABA-MG (1968–1988)

Márcia Laina da Luz SILVEIRA¹;

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa situa-se no campo da História da Educação, mais especificamente na História das Instituições Escolares, e tem como foco a análise histórica da Unidade de Promoção Integral Irmã Germana (UPI Irmã Germana), criada em Uberaba (MG) em 1968 e vinculada ao Lar Fabiano de Cristo, organização filantrópica fundada no Rio de Janeiro em 1958. O estudo busca compreender a constituição, a trajetória e o funcionamento da UPI Irmã Germana entre 1968 e 1988, período que vai da instalação da unidade em Uberaba até a promulgação da Constituição Federal de 1988, marco que redireciona a política social e educacional voltada à infância e à adolescência no país (Brasil, 1990). Embora o Lar Fabiano de Cristo tenha se expandido nacionalmente e declarado caráter laico, suas práticas eram fortemente permeadas por valores morais e concepções de formação humana associadas ao Espiritismo; no caso de Uberaba, essa configuração assume contornos próprios, pois a unidade foi implantada em um bairro majoritariamente católico e precisou negociar sua presença em um espaço religioso e socialmente sensível (Silva, 2002; Souza, 2018). A UPI Irmã Germana atuou no campo da educação não formal e da assistência social, oferecendo alfabetização, reforço escolar, orientação moral, atividades de qualificação para o trabalho e suporte material às famílias, articulando formação ética, apoio social e preservação dos vínculos familiares, numa lógica próxima da “promoção humana” e distinta do modelo de internação que caracterizou grande parte da assistência à infância no Brasil até meados do século XX, quando prevaleciam práticas de recolhimento, disciplina e profissionalização precoce como forma de controle social (Marcílio, 2006; Rizzini; Pilotti, 2011; Souza; Ribeiro; Araújo, 2019). Tal proposta se diferenciava das instituições de internamento destinadas a “menores em risco” e dialogava com mudanças mais amplas no debate sobre a infância pobre, que passam a reconhecer a família como espaço de cuidado e socialização, e não apenas como foco de vigilância moral (Vogel, 2011; Rizzini; Celestino, 2016). A pesquisa parte do pressuposto de que a educação não se realiza exclusivamente na escola e reconhece o papel pedagógico de instituições sociais,

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no Centro de Educação Profissional (Cefores) da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). E-mail: marcia.silveira@uftm.edu.br.





religiosas e filantrópicas no processo de produção de saberes, valores e comportamentos (Saviani, 2005). Assim, considera a UPI Irmã Germana como uma instituição social voltada à infância pobre, cuja prática educativa tinha intencionalidade formativa, mesmo fora do sistema escolar formal (Gohn, 2016). A pesquisa teve como objetivo analisar a gênese e o funcionamento da Casa de Irmã Germana, suas práticas educativas, assistenciais e religiosas, bem como compreender o modelo de formação moral e profissional oferecido às crianças e adolescentes. Buscou ainda investigar a apropriação dos valores institucionais do Lar Fabiano de Cristo no cotidiano da Casa, as formas de atendimento às famílias, situando a atuação da instituição na história da educação uberabense e na consolidação de uma cultura educativa não formal.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa adota abordagem bibliográfica e documental, com análise de regulamentos, atas, relatórios, correspondências institucionais, fotografias, legislação e imprensa local, bem como de acervos pessoais vinculados a dirigentes e colaboradoras da unidade, além de periódicos e materiais internos do Lar Fabiano de Cristo. Essa coleta demandou deslocamentos a Uberaba e ao Rio de Janeiro, inclusive em momentos de restrição de acesso a arquivos e reconfiguração do acervo institucional segundo a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n. 13.709/18), o que reforça a necessidade de pensar a construção do objeto como resultado de busca ativa e reconstrução documental pelo pesquisador (Certeau, 2011; Nosella; Buffa, 2013).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa indicam que a UPI Irmã Germana consolidou, entre 1968 e 1988, um modelo próprio de educação não formal articulado à assistência social, operando com a noção de “promoção humana” e afirmando-se como uma instituição cuja ação educativa se estendia para além da escolarização formal. A análise dos regulamentos internos, relatórios e correspondências mostra que a unidade integrava alfabetização, reforço escolar, formação moral, iniciação ao trabalho e apoio material (alimentação, vestuário, cuidados básicos de saúde), assumindo simultaneamente funções pedagógicas e protetivas em relação às crianças pobres e suas famílias.

Diferentemente das práticas de internamento que marcaram a assistência à infância nas primeiras décadas do século XX — muitas vezes legitimadas por discursos que associavam pobreza, desvio e periculosidade infantil (Marcílio, 2006; Souza; Ribeiro; Araújo, 2019) —, a UPI Irmã Germana atuava mantendo as crianças vinculadas à sua própria família, entendida





como núcleo de formação moral e afetiva, e não como foco de risco social a ser vigiado ou separado (Rizzini; Pilotti, 2011; Rizzini; Celestino, 2016). Esse dado é central porque revela tanto uma aproximação quanto uma tensão com as mudanças mais amplas do período: de um lado, acompanha a crítica à internação em massa e a defesa de políticas que valorizavam a convivência familiar e comunitária, processo já em curso no país sobretudo a partir da década de 1960 e reforçado pela atuação da Funabem (Vogel, 2011); de outro, mantém uma dimensão moralizadora que associa educação ao disciplinamento do corpo e do comportamento, reafirmando a expectativa de formar “cidadãos úteis” por meio do trabalho e da obediência, o que dialoga com uma tradição filantrópica que também é instrumento de controle social (Kuhlmann Jr., 2015; Marcílio, 2006).

Ao reconhecer a família pobre como passível de apoio e não apenas de vigilância repressiva, a UPI Irmã Germana tensiona a lógica que, historicamente, associou infância pobre a periculosidade social e justificou políticas de recolhimento compulsório (Isobe; Ribeiro, 2022). Em termos historiográficos, esses resultados reforçam a necessidade — apontada por Veiga e Faria Filho (1999), Saviani (2005, 2008) e Souza (2018) — de ampliar a noção de instituição educativa para além da escola formal, incorporando experiências filantrópicas e comunitárias que, como no caso da UPI Irmã Germana, assumiram papel formador na vida de crianças e adolescentes pobres em contextos urbanos. A discussão desses dados sugere que a unidade de Uberaba não apenas reproduziu diretrizes do Lar Fabiano de Cristo, mas reelaborou-as no contato com a realidade social e religiosa local, construindo práticas que combinavam assistência material, ensino e disciplinamento moral, e produzindo, assim, uma cultura educativa própria no interior da cidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise histórica da UPI Irmã Germana permite compreender que, entre 1968 e 1988, a instituição consolidou um modelo singular de educação não formal e assistência social, articulando valores espirituais, princípios morais e práticas educativas voltadas à formação integral. Inspirada nas diretrizes do Lar Fabiano de Cristo, mas adaptada às especificidades culturais e religiosas de Uberaba, a Casa de Irmã Germana atuou como espaço de mediação entre filantropia, educação e comunidade, oferecendo respostas locais às lacunas deixadas pelas políticas públicas. Sua metodologia, ao integrar alfabetização, formação moral, profissionalização e fortalecimento dos vínculos familiares, demonstrou um caráter inovador e humanizador, rompendo com práticas tradicionais de institucionalização e antecipando princípios que seriam consagrados nas políticas de proteção integral à infância. Ao evidenciar





o papel da Casa como instituição social formadora, a pesquisa contribui para ampliar o entendimento das múltiplas experiências educativas brasileiras e para reconhecer as instituições filantrópicas como agentes históricos relevantes na constituição da cultura pedagógica e da assistência à infância no século XX.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Leis, Decretos. **Estatuto da Criança e do Adolescente nº 8069**, de 13 de julho de 1990. Brasília, 1990.

CERTEAU, Michel. de. **A escrita da história**. 3 ed. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 2011. 384 p. Tradução de: L'écriture de l'histoire.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal nas instituições sociais. **Revista Pedagógica**, v. 18, n. 39, p. 59-75, 2016.

ISOBE, Rogéria Moreira Rezende; RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza. 'Menores e vagabundos': o discurso jurídico sobre infância e educação na imprensa periódica nos primórdios da República. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 22, p. e196, 2022.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2006. 331p.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições Escolares: porque e como pesquisar**. 2 ed. Campinas/SP. Editora Alínea. 2013.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, F. (Org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011. 335 p.

RIZZINI, Irene; CELESTINO, Sabrina. A cultura da institucionalização e a intensificação das práticas de confinamento de crianças e adolescentes sob a égide da Funabem. In: FREITAS, M. C. de (Org.). **História social da infância no Brasil**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2016. P. 229-249.

SAVIANI, Demerval. Instituições escolares: conceito, história, historiografia e práticas. **Cadernos de História da Educação** – nº. 4 – Jan./dez. 2005.

SILVA, Raquel Marta da. **Chico Xavier: imaginário religiosos e representações simbólicas no interior das Gerais – Uberaba, 1959/2001**. 2002. 261 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

SOUZA, Marilsa Aparecida Alberto Assis. **O Orfanato Santo Eduardo e a assistência às crianças pobres em Uberaba – MG (1920-1964)**. 2018. 396 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

SOUZA, Marilsa Aparecida Alberto Assis; RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza; ARAÚJO, José Carlos Souza. Construções discursivas acerca da criança pobre na imprensa uberabense





nas primeiras décadas do século XX. **Revista de Educação Pública**, v. 28, n. 69, p. 719-740, 2019.

VOGEL, Arno. Do Estado ao Estatuto: propostas e vicissitudes da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil contemporâneo. In: RIZZINI, I.; PILOTTI, F. (Org.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011. 335 p.

